

DIRETRIZES DE INVESTIMENTO

Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre - IPREM

Política Anual de Investimentos

2022

IPREM - Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre

Política de Investimentos 2022	VERSÃO 1
Elaboração Diretoria Executiva: 10/12/2021	
Aprovação Comitê de Investimentos: 15/12/2021	
Deliberação Conselho Deliberativo: 16/12/2021	
Documento consolidado em: 20/12/2021	

Sumário

1. Introdução	2
2. Objetivo	2
3. Governança Corporativa	3
3.1. A Diretoria Executiva	4
3.2. O Comitê de Investimento	4
3.3. O Conselho Deliberativo	5
3.4. O Conselho Fiscal	5
3.5. Diretor(a) Presidente, Diretor(a) de Finanças e Arrecadação e Diretor(a) de Contabilidade	5
3.6. Controle Interno	6
3.7. Departamento de Finanças	6
4. Modelo de Gestão	7
4.1. Gestão Própria	7
5. Cenário Macroeconômico	7
5.1. Cenário Externo	8
5.2. Cenário Interno	10
6. Meta de Retorno Esperado	16
7. Diretrizes de Alocação de Recurso	16
7.1. Alocação Objetivo	17
7.2. Fundos Administrativo – Taxa de Administração	21
8. Apreçamento de Ativos Financeiros	21
9. Gestão de Risco	22
9.1. Gestão de Risco de Mercado	22
9.1.1. Relatório Mensal de Investimentos	22
9.2. Gestão de Risco de Crédito	23
9.3. Gestão de Risco de Liquidez	23
9.4. Gestão de Risco Operacional	24
9.5. Gestão de Risco Legal	24
9.6. Gestão de Risco de Imagem (Reputacional)	25
9.7. Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento	25
10. Perfil do Investidor	26
11. Transparência	28
12. Credenciamento de Instituições Financeiras e Fundos de Investimentos	28
13. Considerações Finais	29

1. Introdução

Este documento apresenta a Política Anual de Investimentos para 2022, estabelecendo princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos¹ do Fundo de Previdência, definidos no Artigo 3º da Resolução CMN nº 4.963/2021, e de como devem ser aplicados com vistas a assegurar o seu equilíbrio financeiro e atuarial², atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em especial à Resolução CMN nº. 4.963, de 29 de novembro de 2021 (texto consolidado), Portaria Ministério da Previdência Social MPS 519/2011 (texto consolidado) Portaria Ministério da Previdência Social MPS 185/2015, Portaria MPS 300/2015 e Portaria MF 01/2017.

Trata-se de uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativa aos investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município utilizado como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo e visar à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e passivos.

2. Objetivo

A Política de Investimentos tem o papel de delimitar os objetivos do RPPS em relação à gestão de seus ativos, facilitando a comunicação dos mesmos aos órgãos reguladores do Sistema e aos participantes. O presente instrumento busca se adequar às mudanças ocorridas no âmbito do sistema de previdência dos Regimes Próprios e às mudanças advindas do próprio mercado financeiro.

É um instrumento que proporciona à Diretoria e aos demais órgãos envolvidos na gestão dos recursos uma melhor definição das diretrizes básicas, dos limites de risco a que serão expostos os conjuntos de investimentos. Tratará, ainda, o presente documento da rentabilidade mínima a ser buscada pelos gestores, da adequação da Carteira aos ditames legais e da estratégia de alocação de recursos a vigorar no período de 01/01/2022 à 31/12/2022.

No intuito de alcançar determinada taxa de rentabilidade real para a carteira do RPPS, a estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável, exterior)

¹ Art. 3º - Para efeito desta resolução, são considerados recursos:

- I - as disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capital;
- II - os demais ingressos financeiros auferidos pelo regime próprio de previdência social;
- III - as aplicações financeiras;
- IV - os títulos e os valores mobiliários;
- V - os ativos vinculados por lei ao regime próprio de previdência social; e
- VI - demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária do regime próprio de previdência social.

² O equilíbrio financeiro é aquele que garante que, em um exercício financeiro, as receitas previdenciárias pagarem as despesas previdenciárias. No caso do equilíbrio atuarial, as receitas devem ser suficientes para pagar as despesas, mas em um período maior, fixado pelo cálculo atuarial

quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos e indexadores, visando, igualmente, a otimização da relação risco-retorno do montante total aplicado.

Sempre será considerada a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao perfil do RPPS, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, traçando-se uma estratégia de investimentos, não só focada no curto e médio prazo, mas, principalmente, no longo prazo.

3. Governança Corporativa

A adoção das melhores práticas de Governança Corporativa de acordo com a Portaria MPS nº 185 de 14 de maio de 2015, garante que os envolvidos no processo decisório do Instituto cumpram seus códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres. Neste sentido a Resolução nº 4.963/2021³ definiu como obrigatória a separação de responsabilidade de todos os agentes que participam dos processos para a aplicação dos recursos. Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete à Diretoria Executiva, a elaboração da Política de Investimentos, que deve submetê-la ao Comitê de Investimentos, para aprovação.

Esta estrutura garante a adoção das melhores práticas de Governança Corporativa, evidenciando a segregação de funções adotada inclusive pelos órgãos estatutários.

Ainda de acordo com os normativos, esta Política estabelece os princípios e diretrizes a serem seguidos na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste RPPS, visando atingir e preservar o equilíbrio atuarial e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pelas legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não esteja, transcritas neste documento.

A Lei 13.846 de 18 de junho de 2019 prevê a responsabilidade solidária a diversos agentes pelo ressarcimento dos prejuízos a que tiverem dado causa decorrentes de aplicação dos recursos previdenciários em desacordo com a legislação, sendo estendido aos membros dos conselhos fiscal, administrativo e do

³ Art. 1º Os recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições desta Resolução.

...

§ 6º O regime próprio de previdência social deve definir claramente a separação de responsabilidades de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância.

Comitê de Investimento, e todos os prestadores de serviços, inclusive as consultorias financeiras e atuariais contratadas.

3.1. A Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva desempenha funções referentes à coordenação, liderança e ampla articulação das atribuições inerentes ao controle do patrimônio e dos investimentos do IPREM:

- 1) Elaborar a Política Anual de Investimentos, em conjunto ao analista ou assessor de investimentos contratado, atendendo os critérios mínimos definidos no art. 4º da Resolução nº 4.963/2021;
- 2) Propor as possíveis alterações da Política Anual de Investimentos, justificando o motivo da alteração (§ 1º do art. 4º da Resolução nº 4.963/2021);
- 3) Submeter a Política Anual de Investimentos e suas possíveis alterações ao Comitê de Investimentos para deliberação e aprovação (art. 77-B, inciso I, da Lei Municipal 5986/2018);

3.2. O Comitê de Investimento

- 1) Analisar e aprovar a Política Anual de Investimentos do IPREM e suas eventuais revisões elaboradas pela Diretoria Executiva (art. 77-B, inciso I, da Lei Municipal 5986/2018);
- 2) Analisar, avaliar e emitir recomendações sobre proposições de investimentos e aprovar aplicações a serem realizadas de recursos nos segmentos de investimento previstos nesta Política de Investimentos e conforme as determinações das Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 4.963 de novembro de 2021.
- 3) Acompanhar e avaliar o desempenho dos investimentos realizado, com base em relatórios elaborados pelo Diretor (a) Presidente; pelo Diretor de Finanças e Arrecadação e pelo analista ou assessor de investimentos, bem como proposições de mudança ou redirecionamento de recursos;
- 4) Analisar os cenários macroeconômicos, político e as avaliações de especialistas acerca dos principais mercados, observando os possíveis reflexos no patrimônio dos Planos de benefícios administrados pelo RPPS;
- 5) Propor, com base nas análises de cenários, as estratégias de investimentos para um determinado período;
- 6) Reavaliar as estratégias de investimentos. Com decorrência da previsão ou ocorrência de fatos conjunturais relevantes que venham, direta ou indiretamente, influenciar os mercados financeiros e de capitais;
- 7) Analisar os resultados das carteiras de investimentos do RPPS;
- 8) Fornecer subsídios para a elaboração ou alteração da política de investimentos do RPPS;
- 9) Acompanhar a execução da política de investimentos do RPPS;

10) Definir os limites operacionais e os intervalos de risco que poderão ser assumidos no âmbito da gestão dos recursos garantidores dos benefícios de competência do INSTITUTO;

11) Indicar e aprovar o percentual máximo a ser conferido para cada investimento, dentro dos limites legais buscando adequar os investimentos com a realidade do mercado financeiro;

12) Buscar o reenquadramento do plano de investimentos, quando ocorrer alguma alteração ao longo do ano ou ocorrer alguma alteração na legislação;

13) Indicar analisar e aprovar critérios para o credenciamento das instituições financeiras (gestores, administradores, distribuidores e agentes autônomos) nos termos do art. 1º, inciso VI da resolução 4.963/2021, para buscar a segurança e minimizar os custos operacionais;

14) Analisar e emitir parecer acerca das propostas e produtos encaminhados pelo Diretor (a) Presidente e pelo setor de finanças.

3.3. O Conselho Deliberativo

1) Delibera a pedido da diretoria executiva sobre a política de investimentos do IPREM e sobre suas posteriores alterações nos termos do inciso I do art. 66 da lei 4643/2007.

3.4. O Conselho Fiscal

1) Acompanhar a aplicação das reservas, fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei, notadamente no que concerne à observância dos critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, e de limites máximos de concentração dos recursos, nos termos da lei 4643/2007.

3.5. Diretor(a) Presidente, Diretor(a) de Finanças e Arrecadação e Diretor(a) de Contabilidade

1) Cabe ao Diretor Presidente autorizar juntamente com o Diretor de Contabilidade e o Diretor de Finanças e Arrecadação as aplicações e investimentos efetuados, atendido o Plano de Aplicações e Investimentos, nos termos do item III do artigo 73 da Lei 4643/2007, assim como das decisões do Comitê de Investimentos nos termos do item II do artigo 77B da mesma Lei, com o objetivo de garantir o rebalanceamento da carteira com maior celeridade.

2) Fica autorizado que a Diretora Presidente juntamente com o Diretor de Contabilidade e o Diretor de Finanças e Arrecadação realize movimentações financeiras na carteira do IPREM sem a necessidade de apreciação prévia pela totalidade do Comitê de Investimentos, desde que:

- a) As movimentações financeiras sejam devidamente justificadas, por escrito, com base no cenário econômico, nas variações dos índices de investimento e na variação dos fundos investidos, objetivando o aproveitamento de oportunidades de curto prazo;
- b) Os fundos que receberem as aplicações financeiras já possuam recursos investidos pelo Instituto;
- c) Os fundos que receberem as aplicações financeiras forem administrados e geridos dentro dos cinco maiores bancos do Brasil: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú, Bradesco ou Santander;
- d) Sejam limitadas a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) mensais;
- e) Imediatamente após a realização das aplicações financeiras não previamente aprovadas sejam comunicados todos os membros do Comitê de Investimentos.

3.6. Controle Interno

O Controle Interno do IPREM foi instituído pela Lei nº 4.210/2004, e atua como um sistema de informação e avaliação da organização, com a finalidade de assegurar o cumprimento das leis, regulamentos, normativos internos e diretrizes de planejamento. Os instrumentos adotados pelo controle interno devem ser capazes de utilizar as informações disponíveis, com o propósito de realizar análises de natureza administrativa, financeira e de produtividade concernentes à gestão.

Dentre as principais atividades constantes da área de investimentos onde o Controle Interno deve atuar no acompanhamento de todos os processos, averiguando a conformidade, padronização e legislação dos credenciamentos com as instituições financeiras, o envio dos Demonstrativos de investimentos (DAIR-DPIN) à Secretaria de Previdência, o Relatório Mensal do Comitê de Investimentos, colaborando para a manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP e observância das normas do programa *Pró-Gestão*.

3.7. Departamento de Finanças

O Departamento de Finanças do IPREM está previsto no inciso VIII do parágrafo primeiro do artigo 64 da Lei 4.643/2007, que dispõe sobre a estrutura do IPREM, tendo sido incluído pela lei 5.986/2018 e será responsável por realizar a análise e avaliação dos investimentos pretendidos, assessorar o Comitê de Investimentos durante suas reuniões, prestar informações relativas aos investimentos do Instituto ao Controle Interno e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal e encaminhar questionamentos à Consultoria Financeira contratada.

4. Modelo de Gestão

De acordo com as hipóteses previstas na Resolução CMN nº 4.963/2021, a aplicação dos investimentos pode ser realizada por gestão própria, terceirizada ou mista. Para a vigência desta Política Anual de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre - IPREM será própria.

4.1. Gestão Própria

Ao adotar esse modelo de gestão a totalidade dos recursos ficará sob responsabilidade do RPPS e os agentes envolvidos diretamente no processo, com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Fazenda e Secretaria da Previdência, conforme exigência da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, além de contar com o Departamento de Finanças como órgão participativo do processo de análise e com o Comitê de Investimentos com o objetivo de gerenciar a aplicação de recursos, escolhendo os ativos, delimitando os níveis de riscos, estabelecendo o prazo para as aplicações, observando o cumprimento obrigatório do Credenciamento prévio das instituições financeiras escolhidas para receber as aplicações dos recursos.

O Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre - IPREM tem ainda a prerrogativa da contratação de empresa de Consultoria de Valores Mobiliários, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria nº 519, de 24 de agosto de 2011 e Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017. A consultoria contratada deverá elaborar relatórios de acompanhamento da carteira de investimentos do IPREM, elaborar parecer quanto à legalidade dos investimentos, quando questionada, e elaborar estudo de ALM (Asset Liability Management), **ficando vedada de encaminhar recomendações de investimentos em fundos específicos.**

5. Cenário Macroeconômico

Para a elaboração da Política Anual de Investimentos para 2022, foi indispensável que, na data da formulação do relatório, os gestores do IPREM buscassem conhecimento do cenário econômico do momento e das perspectivas futuras com base nos estudos das publicações (conjunturas, dados financeiros, projeções...) de entidades públicas e privadas.

Gráfico 4 - Índice Ibovespa



Fonte: Investing.com (29/11/2021)

5.1. Cenário Externo

Apesar das preocupações com os impactos da pandemia da COVID-19 terem reduzido nos últimos meses, o aparecimento da cepa Ômicrom, acendeu o sinal de alerta, “originalmente descoberta na África do Sul, onde os casos aumentaram abruptamente nas últimas semanas, a variante foi qualificada como ‘preocupante’ pela Organização Mundial da Saúde dado o número elevado de mutações, o que poderia tornar as vacinas ineficazes. Nesse contexto, a aversão ao risco predominou diante do receio de queda da demanda global, com destaque para os recuos de 7,8% do petróleo e de 2,2% do S&P na semana. Ainda com um grau de informação escasso sobre a variante, o que podemos dizer até o momento é que a evolução das

vacinas e no tratamento do coronavírus, a estrutura dos sistemas de saúde e o próprio comportamento das pessoas são fatores que poderiam atenuar bastante o impacto negativo sobre a economia frente ao que foi observado no início da pandemia” (Enfoque Macro Bradesco 26 de novembro de 2021).

Sobre a inflação

Nos Estados Unidos, “a inflação permanece elevada. O núcleo do índice de preços ao consumidor acumulado em doze meses atingiu 4,1% em outubro, maior desde 1991. A abertura sugere uma maior difusão, com pressão em bens duráveis, não duráveis e serviços” (Safrá Semanal - Análise Macroeconômica - 26 de novembro de 2021).

“Na última semana, os discursos de membros do Fed adotaram um tom mais duro, indicando que deve haver uma maior redução no ritmo de compras de ativos (tapering) e que o ciclo de alta de juros deve começar ainda em 2022. A ata da última reunião do comitê de política monetária (FOMC) veio na mesma linha, e o anúncio da aceleração do tapering deverá ocorrer já na reunião de dezembro de 2021”. (Perspectivas Macro Santander 26 de novembro de 2021)

De acordo com o Safrá, “diversos indicadores sugerem que a economia americana retornará para o pleno emprego no início do terceiro trimestre do próximo ano e a inflação permanecerá pressionada. Nesse ambiente, aumenta-se a possibilidade de antecipação do início do ciclo de aumento de juros para junho de 2022, ante nossa expectativa inicial em setembro ou novembro. Salvo por surpresas trazidas por eventual disseminação nos EUA da nova cepa de Covid-19, que está se espalhando pela Europa, apenas o exercício de extraordinária paciência pelo FOMC apontaria para a postergação do começo da subida de juros em 2022 para o outono americano.” (Safrá Semanal - Análise Macroeconômica - 26 de novembro de 2021)

Conforme gráfico abaixo, o índice global MSCI World, que já apresentava tendência de alta desde 2009, apresentou forte alta após a crise do coronavírus, estando quase 30% acima da máxima pré-Covid, gerando preocupação de uma possível correção. Por outro lado, a necessidade de diversificação e o estudo de ALM apontam na direção de uma maior diversificação dos investimentos.

Gráfico 1 - Índice MSCI World

MSCI World - Visão Geral

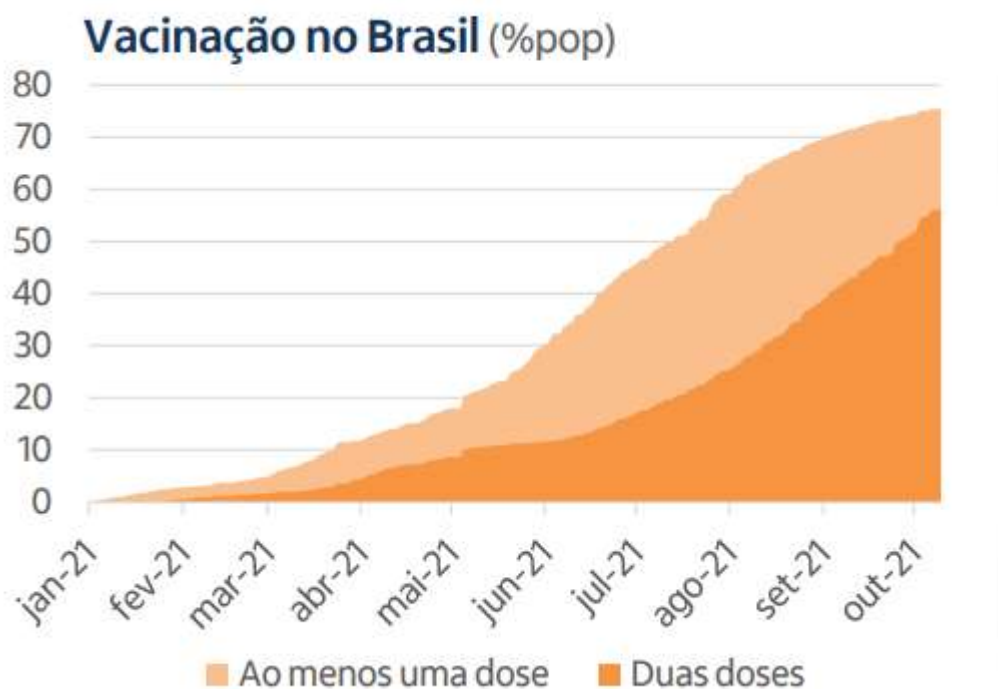


Fonte: Investing.com (29/11/2021)

5.2. Cenário Interno

No Brasil houve forte aumento das vacinações, conforme gráfico 2 - Vacinação Brasil, alcançando patamares próximos de 60% de vacinação completa e de quase 80% da primeira dose, possibilitando uma maior abertura da economia.

Gráfico 2 - Vacinação Brasil.



Fonte: Cenário Macroeconômico - Itaú Asset Management - Novembro 2021.

Imagem 1 - Relatório Focus - 26 de Novembro de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL | **Focus** Relatório de Mercado
 Expectativas de Mercado

Mediana - Agregado	2021							2022						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	9,17	10,12	10,15	▲ (34)	137	10,19	42	4,55	4,96	5,00	▲ (19)	135	5,15	42
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	4,94	4,80	4,78	▼ (7)	86	4,69	24	1,20	0,70	0,58	▼ (8)	86	0,39	24
Câmbio (R\$/US\$)	5,50	5,50	5,50	= (4)	113	5,50	27	5,50	5,50	5,50	= (4)	109	5,55	27
Selic (% a.a.)	9,25	9,25	9,25	= (4)	126	9,25	35	10,25	11,25	11,25	= (1)	124	11,75	35
IGP-M (variação %)	18,28	18,09	18,08	▼ (2)	80	18,10	20	5,31	5,35	5,38	▲ (1)	78	5,22	20
IPCA Administrados (variação %)	15,09	16,95	16,98	▲ (7)	64	17,07	16	4,27	4,27	4,20	▼ (3)	63	4,10	16
Conta corrente (US\$ bilhões)	-9,39	-11,29	-11,44	▼ (8)	22	-11,44	6	-19,00	-19,00	-19,00	= (5)	21	-17,46	6
Balança comercial (US\$ bilhões)	70,10	70,00	70,00	= (1)	20	45,00	5	63,00	63,00	63,65	▲ (1)	20	55,00	5
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	50,00	50,00	50,00	= (6)	19	50,00	5	60,00	59,05	56,80	▼ (2)	18	59,00	5
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	60,30	59,60	59,60	= (1)	18	59,51	4	63,00	63,00	63,00	= (1)	17	64,00	4
Resultado primário (% do PIB)	-1,20	-0,70	-0,70	= (1)	25	-0,70	7	-1,20	-1,20	-1,20	= (1)	25	-1,20	7
Resultado nominal (% do PIB)	-5,90	-5,80	-5,80	= (2)	19	-5,80	7	-6,50	-6,70	-6,70	= (1)	19	-8,37	7

Fonte: Banco Central.

Apesar disso, conforme Imagem 1 - Imagem 1 - Relatório Focus - 26 de Novembro de 2021, a expectativa do mercado de crescimento para 2022 tem apresentado queda, com uma previsão atual de

0,58% . Ainda assim não existe consenso e algumas casas apostam em valores ainda menores, como é o caso do Itaú, que em sua apresentação Cenário Macroeconômico, de Novembro 2021 prevê crescimento de 0,2%

De acordo com a Caixa DTVM, “a atividade econômica deverá apresentar crescimento modesto em 2022. O ambiente internacional, que em 2021 foi um vetor positivo devido à recuperação cíclica da economia global, agora aponta para uma acomodação. Assim, a contribuição do crescimento das exportações de commodities para o desempenho do PIB deverá ser menor, tendendo à neutralidade. Apesar disso, as perspectivas para a safra agrícola serão positivas, o que tende a contribuir para que o PIB do setor agropecuário mostre uma aceleração importante em relação à 2021”. (Estudos Econômicos | Cenário Econômico 2022 - Caixa DTVM)

Ainda em relação à imagem 1 - Relatório Focus - 26 de Novembro de 2021, chama atenção o aumento das expectativas para a inflação e para a Selic, que já alcançam patamares de, respectivamente, 5% e 11,25%. Segundo a Caixa DTVM, “o ambiente para a inflação ao consumidor deverá seguir bastante pressionado no próximo ano. Pelo lado dos preços livres, o principal vetor voltará a ser o setor de serviços, com a continuidade do processo de recomposição de preços após a reabertura mais ampla da economia”, além disso, “o aumento da percepção de risco, provocado pelo enfraquecimento da âncora fiscal, reforça a preocupação com o grau de estímulo da política monetária, uma vez que coloca pressão altista sobre a taxa neutra de juros. O cenário poderá se mostrar ainda mais desafiador caso ocorra deterioração adicional da percepção de risco com a proximidade das eleições presidenciais”. (Estudos Econômicos | Cenário Econômico 2022 - Caixa DTVM).

Gráfico 2 - Taxa Selic



Fonte: Moneytimes.com.br

Este cenário conturbado, especialmente considerando as eleições que devem se realizar em outubro, gera influências relevantes nos investimentos do Instituto. Em relação à Renda Fixa Conservadora, temos uma expectativa de melhora considerável nos resultados, ainda mais considerando a alta da Selic, conforme Gráfico 3 - Taxa Selic e Tabela 1 - Taxas NTN-B. Estes em especial apresentam taxas indicativas superiores à meta de 2022, com exceção da NTN-B 2022.

Tabela 1 - Taxas NTN-B



A ANBIMA

Sobre e associados

INFORMAR

Dados e estatísticas

REPRESENTAR

Nossos organismos

AUTORREGULAR

Códigos e supervisão

EDUCAR

Certificação e cursos

Títulos Públicos Federais										26/Nov/2021
Papel IPCA		NTN-B - Taxa (% a.a.)/252								
Código SELIC	Data Base/Emissão	Data de Vencimento	Tx. Compra	Tx. Venda	Tx. Indicativas	PU	Intervalo Indicativo			
							Mínimo (D0)	Máximo (D0)	Mínimo (D+1)	Máximo (D+1)
760199	15/07/2000	15/08/2022	4,5790	4,5480	4,5621	3.841,461232	4,0794	5,0896	4,0678	4,9614
760100	15/07/2000	15/03/2023	5,1700	5,1360	5,1500	3.825,610501	4,9077	5,6177	4,9053	5,4879
760199	15/07/2000	15/05/2023	5,1648	5,1386	5,1500	3.795,174102	4,9125	5,6117	4,9114	5,4788
760199	15/07/2000	15/08/2024	5,1836	5,1551	5,1700	3.881,969488	4,9249	5,5507	4,9252	5,4747
760199	15/07/2000	15/05/2025	5,1461	5,1142	5,1300	3.852,124451	4,8556	5,4339	4,8559	5,4073
760199	15/07/2000	15/08/2026	5,1928	5,1620	5,1767	3.929,761221	4,9135	5,4188	4,9135	5,4227
760199	15/07/2000	15/08/2028	5,2371	5,2071	5,2205	3.966,706338	4,9881	5,4234	4,9924	5,4363
760199	15/07/2000	15/08/2030	5,2435	5,2155	5,2322	4.003,640226	5,0306	5,4279	5,0310	5,4357
760199	15/07/2000	15/05/2035	5,2464	5,2117	5,2300	4.026,033361	5,0421	5,4067	5,0454	5,4135
760199	15/07/2000	15/08/2040	5,3180	5,2648	5,2870	4.119,120383	5,0955	5,4551	5,1116	5,4592
760199	15/07/2000	15/05/2045	5,3662	5,3156	5,3400	4.079,933333	5,1593	5,5029	5,1692	5,5064
760199	15/07/2000	15/08/2050	5,3819	5,3413	5,3610	4.155,305713	5,1799	5,5250	5,1936	5,5233
760199	15/07/2000	15/05/2055	5,3800	5,3420	5,3631	4.121,994849	5,1836	5,5237	5,1977	5,5230

Fonte: Anbima.com.br

Quanto à Renda Fixa Agressiva, conforme Gráfico 3: Índices IMA-B5+ e IMA-B5, o índice dos títulos públicos atrelados ao IPCA com mais de 5 anos está abaixo do patamar de outubro de 2019, indicando uma desvalorização neste período de pouco mais de 2 anos, mesmo considerando a taxa de carregamento. Isto indica, por um lado, um aumento do prêmio de risco e por outro um aumento das incertezas, que podem se agravar considerando as eleições presidenciais no segundo semestre.

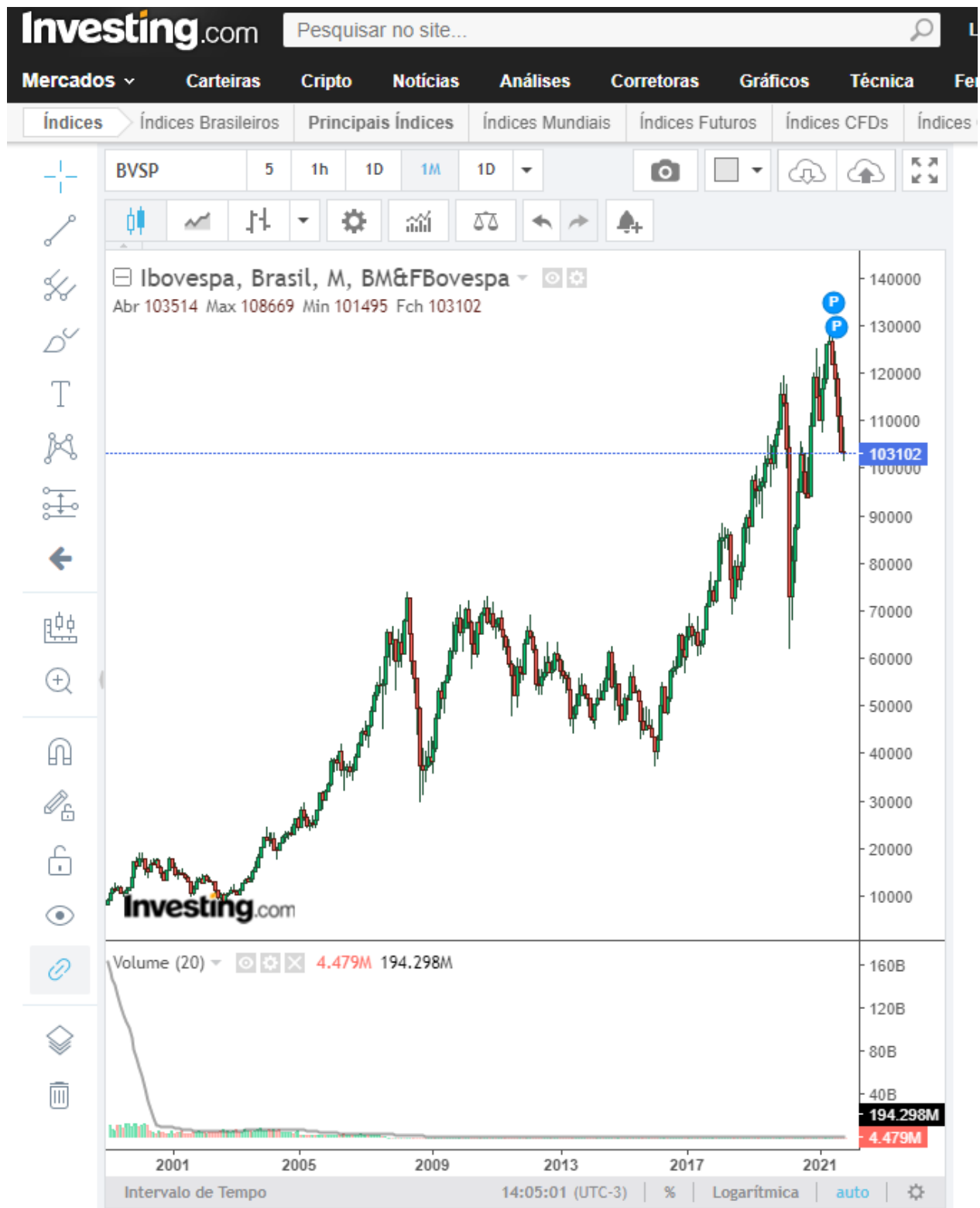
Gráfico 3: Índices IMA-B5+ e IMA-B5



Fonte: Anbima.com.br (29/11/2021)

Quanto à renda variável nacional, conforme podemos notar no gráfico 4 - Índice Ibovespa, este apresentou forte alta no período entre 2016 até o início de 2020, com valorização de cerca de 200%, alcançando os 120 mil pontos. Durante o coronavírus, houve forte queda, mas logo foi recuperada, de modo que o índice superou os 130 mil pontos em maio, mas desde então acumula quedas que já somam mais de 20% de queda. Assim como ocorre com a Renda Fixa Agressiva, a queda do índice indica um aumento do prêmio de risco, enquanto demonstra a incerteza do mercado com as questões fiscais, o baixo crescimento econômico previsto, a alta das taxas de juros, que atrai recursos para a renda fixa e as preocupações com as eleições de outubro.

Gráfico 4 - Índice Ibovespa



Fonte: Investing.com (29/11/2021)

6. Meta de Retorno Esperado

Para o exercício de 2022 o IPREM prevê que o seu retorno esperado será no mínimo o IPCA acrescido de uma taxa de juros de 4,77% a.a.

A escolha do IPCA, justifica-se pois é o índice de preços que o Executivo utiliza para conceder a reposição inflacionária anual do salário dos servidores, desta forma a escolha é coerente como forma de evitar descasamento entre o crescimento do passivo atuarial e do ativo atuarial. A taxa de 4,77% foi definida conforme parecer atuarial assinado pelo atuário Luiz Cláudio Kogut da empresa Actuarial - Assessoria e Consultoria Atuarial LTDA, considerando a tabela da portaria Sprev 6.132/2021, e a duração do passivo de 13,42 anos, conforme apuração da planilha de fluxo atuarial.

O retorno esperado dos investimentos, nos termos do inciso VII do artigo 4º da Resolução 4.963/2021, deverá ser acompanhado mensalmente pelo Comitê de Investimentos, considerando o Relatório Mensal de Investimentos, que deverá acompanhar o percentual de alocação em cada perfil de risco, considerando para cada fundo o comparativo entre o risco-retorno de cada investimento com os demais fundos do mesmo perfil e com o benchmark almejado.

7. Diretrizes de Alocação de Recurso

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta Política de Investimentos buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos traçados.

Esta Política entrará em vigor em 03 de janeiro de 2022. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2022.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MPS nº 519/11 e alterações que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e a meta de rentabilidade.

Adicionalmente, este documento trata da metodologia adotada para o apreçamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/21 e alterações.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta Política de Investimentos e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/21 e alterações. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do IPREM, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o IPREM deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

Nos termos do artigo 13 da Resolução 4.963/2021, para verificação do cumprimento dos limites, requisitos e vedações estabelecidos, as aplicações dos recursos realizadas diretamente pelos regimes próprios de previdência social, ou indiretamente por meio de fundos de investimento ou de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, devem ser consolidadas com as posições das carteiras próprias e carteiras administradas.

Nos termos do artigo 22 da Resolução 4.963/2021, na aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social em títulos e valores mobiliários, conforme disposto nos incisos I e III do § 1º do art. 21 da Resolução 4.963/2021, o responsável pela gestão, além da consulta à instituição financeira, à instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou às pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira, deverá observar as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos (Anbima), para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação.

7.1. Alocação Objetivo

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração deste documento, conforme já descrito no item 5. Além disso, considerando a exposição do Instituto a 16 fundos de investimento estressados e proibidos de alocação pela Sprev, que tem impactado de forma consideravelmente negativa os resultados do instituto, a alocação objetivo foi elaborada

considerando 3 diferentes carteiras. A Carteira Total considera todos os investimentos do instituto, servindo como base para os percentuais máximos de alocação da resolução 4.963/21 A Carteira Ilíquida considera apenas os 16 fundos estressados do Instituto considerando como rentabilidade esperada a rentabilidade almejada nos últimos anos por cada um dos fundos da carteira, considerando que alguns destes ainda dependem de reprecificações para a real situação dos investimentos. Por fim, a Carteira Líquida apresenta apenas os investimentos não estressados do Instituto e serve de referência para o controle dos investimentos por perfil de alocação que o Instituto tem utilizado em seus Relatórios Mensais de Investimento.

A elaboração da Carteira Líquida considerou como base o estudo de ALM realizado, considerando:

1. Aumento de 6% para 11,5% dos investimentos no exterior, ao invés dos 20% previstos no ALM (incisos 9 e 10 I), 10% no inciso 9 e 1,5% no inciso 10 I, considerando, por um lado o alto patamar do câmbio e a máxima histórica das bolsas internacionais, que exigem os devidos cuidados no aumento do percentual e a redução de risco com o aumento gradual das posições no exterior em virtude da diversificação e da correlação baixa com investimentos nacionais.
2. O aumento de 26,4% para 39% ao invés de 62,33% previstos no ALM em títulos públicos, considerando a importância de realizar as compras de títulos públicos de forma gradual e sistemática, respeitadas as expectativas para a meta atuarial nos próximos anos.
3. A manutenção de 18,83% em fundos exclusivos de títulos públicos (Art 7 I b), contra os atuais 33,65% e de 10% em fundos de renda fixa (Art 7 III a), contra os atuais 18,68%, ambos sem previsão na ALM considerando: a necessidade de manter uma parcela dos investimentos em aplicações de baixa volatilidade e alta liquidez para a realização de pagamentos de curto e médio prazo e a realização de rebalanceamento em investimentos de maior volatilidade (como renda variável, renda fixa agressiva e exterior) em momentos de correção; a decisão de alocar os recursos de forma gradual em títulos públicos e em investimentos no exterior, ao invés de realizar alocação de maior vulto, que poderia gerar maiores riscos;
4. Alocação em renda variável nacional de 17,67%, conforme recomendado pelo estudo de ALM.
5. Alocação somente em CDB de até 3,00%, conforme Estratégia Alvo da Tabela 3 - Alocação Investimentos Líquidos e artigo 7º, IV, da Resolução CMN n. 4963, de 25 de novembro de 2021. Considerando que o Instituto é isento de IR – Imposto de Renda e a necessidade de manter uma parcela dos investimentos em aplicações de baixa volatilidade e alta liquidez para a realização de pagamentos de curto e médio prazo.

Feitas estas considerações, a tabela a seguir, representando a alocação objetivo da carteira Total do Instituto apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela

Resolução CMN nº 4.963/21 e alterações, considerando o certificado pró-gestão nível 1. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo, observando o princípio da sustentabilidade do sistema previdenciário previsto no artigo 40, *caput*, da Constituição da República.

Tabela 1 - Alocação Carteira Total

Enquadramento	Tipo de Ativo	Limite Resolução	Posição Atual Carteira Total (%)	Limite Inferior	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior	Rentabilidade Prevista
Art 7 I a)	Títulos do Tesouro Nacional	100%	21,83%	0,00%	32,28%	100,00%	5,20%
Art 7 I b)	Fundos 100% títulos públicos	100%	27,86%	0,00%	15,59%	100,00%	6,12%
Art 7 III a)	Fundos de Renda Fixa	65%	20,26%	0,00%	13,07%	65,00%	-0,67%
Art 7 IV	Renda Fixa - Ativos RF de emissão com obrigação ou coobrigação de IF bancária.	20%	0,00%	0,00%	2,48%	20,00%	6,09%
Art 7 V a)	Fundos de Direitos Creditórios - FIDC	5%	5,49%	0,00%	5,49%	5,00%	-5,97%
Art 7	Renda Fixa	100%	75,43%	60,00%	68,92%	100,00%	3,44%
Art 8 I	Fundos de Ações	35%	12,54%	0,00%	14,63%	35,00%	11,58%
Art 8	Renda Variável	35%	12,54%	0,00%	14,63%	35,00%	11,58%
Art 9 A I	Renda Fixa "Dívida Externa"	10%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	0%
Art 9 A II	Fundos de Investimento no Exterior	10%	5,01%	0,00%	7,86%	10,00%	5,37%
Art 9 A III	Fundos BDR - Nível 1	10%	0,00%	0,00%	0,41%	10,00%	7,30%
Art 9	Investimento no Exterior	10%	5,01%	0,00%	8,27%	10,00%	5,48%
Art 10 I	Fundos Multimercado	10%	3,14%	0,00%	4,38%	10,00%	-4,10%
Art 10 II	Fundos de Participações - FIPs	5%	1,70%	0,00%	1,70%	5,00%	-6,68%
Art 10	Investimentos Estruturados	15%	4,83%	0,00%	6,07%	15,00%	-4,82%
Art 11	Fundos de Investimento Imobiliário - FIIs	5%	2,11%	0,00%	2,11%	5,00%	-6,82%
Art 8+Art10+Art 11	Somatório Artigos 8,10 e 11	35%	19,48%	0	22,81%	35%	6,46
TOTAL					100%		

A seguir segue a tabela de com as expectativas de rentabilidade para os fundos estressados do Instituto:

Tabela 2 - Alocação Carteira de Fundos Estressados

Enquadramento	Tipo de Ativo	Limite Resolução %	Posição Atual Carteira (R\$)	Posição Atual Carteira Total (%)	Posição Atual Carteira Ilíquidos (%)	Rentabilidade Prevista
Art 7 I a)	Títulos do Tesouro Nacional					
Art 7 I b)	Fundos 100% títulos públicos					
Art 7 III a)	Fundos de Renda Fixa	65,00%	R\$ 20.873.561,744	4,80%	27,85%	-13,39%
Art 7 V a)	Fundos de Direitos Creditórios - FIDC	5,00%	R\$ 23.878.401,62	5,49%	31,86%	-5,97%
Art 7 IV	Renda Fixa - Ativos RF de emissão com obrigação ou coobrigação de IF bancária.					
Art 7	Renda Fixa	100,00%	R\$ 44.751.963,36	10,28%	59,71%	-9,43%
Art 8 I	Fundos de Ações					
Art 8	Renda Variável					
Art 9 A I	Renda Fixa "Dívida Externa"					

Art 9 A II	Fundos de Investimento no Exterior					
Art 9 A III	Fundos BDR - Nível 1					
Art 9	Investimento no Exterior					
Art 10 I	Fundos Multimercado	10,00%	R\$ 13.639.863,51	3,13%	18,20%	-4,10%
Art 10 II	Fundos de Participações - FIPs	5,00%	R\$ 7.392.487,77	1,70%	9,86%	-6,68%
Art 10	Investimentos Estruturados	15%	R\$ 21.032.351,28	4,83%	28,06%	-29,06
Art 11	Fundos de Investimento Imobiliário - FIIs	5,00%	R\$ 9.165.268,97	2,11%	12,23%	-6,82%
TOTAL			R\$ 74.949.583,61	17,22%	100%	-7,87%

Por fim segue a tabela com os percentuais de alocação da Carteira Líquida do Instituto, que é utilizada como parâmetro de controle dos percentuais por perfil de alocação no Relatório Mensal de Investimentos:

Tabela 3 - Alocação Investimentos Líquidos

Enquadramento	Tipo de Ativo	Limite Resolução %	Posição Atual Carteira (R\$)	Posição Atual Carteira Total(%)	Posição Atual Carteira Líquidos (%)	Estratégia Alvo Líquidos (%)	Estratégia Alvo ALM (%)	Rentabilidade Prevista
Art 7 I a)	Títulos do Tesouro Nacional	100,00%	R\$ 95.009.394,15	21,83%	26,37%	39,00%	62,33%	5,20%
Art 7 I b)	Fundos 100% títulos públicos	100,00%	R\$ 121.252.667,51	27,86%	33,65%	18,83%	0,00%	6,12%
Art 7 III a)	Fundos de Renda Fixa	65,00%	R\$ 67.294.166,45	15,46%	18,68%	10,00%	0,00%	6,71%
Art 7 IV	Renda Fixa - Ativos RF de emissão com obrigação ou coobrigação de IF bancária.	20%	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	3,00%		6,09%
Art 7 V a)	Fundos de Direitos Creditórios - FIDC	5,00%	R\$ 0,00					
Art 7	Renda Fixa	100,00%	R\$ 283.556.228,11	65,15%	78,7%	70,83%	62,33%	5,69%
Art 8 I	Fundos de Ações	35,00%	R\$ 54.579.505,70	12,54%	15,15%	17,67%	17,67%	11,58%
Art 8	Renda Variável	35,00%	R\$ 54.579.505,70	12,54%	15,15%	17,67%	17,67%	11,58%
Art 9 A II	Fundos de Investimento no Exterior	10,00%	R\$ 21.787.913,91	5,01%	6,05%	9,50%	10,00%	5,37%
Art 9 A III	Fundos BDR - Nível 1	10,00%	R\$ 13.318,24	0,00%	0,00%	0,50%	0,00%	7,30%
Art 9	Investimento no Exterior	10,00%	R\$ 21.801.232,15	5,01%	6,05%	10,00%	10,00%	5,47%
Art 10 I	Fundos Multimercado	10,00%	R\$ 12.390,73	0,00%	0,00%	1,50%	10,00%	2,71%
Art 10 II	Fundos de Participações - FIPs	5,00%	R\$ 0,00					
Art 10	Investimentos Estruturados	15%	R\$ 12.390,73			1,50%		2,71%
Art 11	Fundos de Investimento Imobiliário - FIIs	5,00%	R\$ 0,00					
	Conta Corrente		R\$366.792,21					
TOTAL			R\$ 360.316.149,37	82,78%	100,00%	100,00%	100,00%	6,71%

7.2. Fundos Administrativo – Taxa de Administração

Os recursos oriundos da Taxa de Administração recebidos IPREM serão imediatamente aplicados em disponibilidades financeiras, conforme previsto no artigo 26 da Resolução 4963/2021 e fundos de investimentos, geridos por instituições de reconhecida solidez, segurança e tradição no mercado financeiro. Por tratar-se de recursos que são rotineiramente utilizados para pagamento de despesas ordinárias de manutenção do RPPS, a carteira de investimentos do Fundo Administrativo será composta por ativos de alta liquidez, com horizonte de investimento de curtíssimo prazo e baixa volatilidade. Em virtude dessas premissas e da finalidade dos recursos não há meta atuarial estabelecida. Não obstante, buscar-se-á rentabilidade próxima ao CDI do período.

8. Apreçamento de Ativos Financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais o Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre aplica seus recursos devem ser marcados a valor de mercado (exceto os ativos pertencentes às carteiras dos Fundos regidos pela Portaria MPS nº 65 de 26/02/2014 e os Títulos Públicos Federais contabilizados pelos custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, em conformidade com a Portaria MF nº 04 de 05/02/2018), de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pelo IPREM são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

É recomendado que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

No caso da aquisição direta de títulos públicos federais é de fundamental importância que no ato da compra sejam observadas as taxas indicativas e respectivos Preços Unitários (PUs) divulgados diariamente pela ANBIMA e, ainda, que além de efetuar a compra em plataformas eletrônicas e, conseqüentemente, custodiar os mesmos através do CNPJ do IPREM no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), não esquecer de fazer, no dia da compra, a escolha do critério contábil que o título será registrado até o seu vencimento: ou será marcado a mercado, ou será marcado na curva, pela sua taxa de aquisição. Se o Instituto tiver efetuado o Estudo de *ALM*, é imprescindível que os títulos públicos sejam marcados na curva.

No caso dos FIPs (Fundos de Investimento em Participações) e FIIs (Fundos de Investimento Imobiliário) deverão ser solicitados laudos de avaliação periódicos, que servirão de base para a precificação dos ativos investidos e, elaborados por empresas com reputação ilibada e renome no mercado, os quais deverão ser arquivados mantendo o histórico para análise da variação da precificação dos ativos.

Fica proibida a realização de novas alocações em fundos FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), FIP (Fundo de Investimentos em Participações) e FII (Fundo de Investimento Imobiliário).

9. Gestão de Risco

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira está sujeita a incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, e conseqüentemente, fica o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE obrigado a exercer o acompanhamento e o controle sobre esses riscos, considerando entre eles:

9.1. Gestão de Risco de Mercado

É o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.

A carteira de investimentos será monitorada através do Relatório Mensal de Investimentos, elaborado pelo Comitê de Investimentos e submetido à deliberação do Conselho Fiscal, com envio posterior ao Controle Interno.

9.1.1. Relatório Mensal de Investimentos

O relatório atende o Inciso V, do Art. 3º da Portaria MPS 519/2011⁴ que exige, no mínimo, a elaboração de Relatórios Trimestrais, para acompanhamento dos riscos e desempenho das aplicações financeiras. Os ativos do Instituto serão separados por Perfil de Investimentos e a gestão do risco de mercado será feita através da comparação do desempenho dos fundos com seu respectivo benchmark, nos quesitos rentabilidade e volatilidade, considerando um período de no mínimo 12 meses.

⁴ Art. 3. V – Elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos dos RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões e submetê-las as instâncias superiores de deliberação e controle.

9.2. Gestão de Risco de Crédito

Também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas.

O RPPS deverá alocar recursos em fundos de investimento administrados pelas Instituições elencadas na Lista Exaustiva da Resolução CMN 4695, as quais atendem o contido no inciso I do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN 4.963/2021, bem como suas atualizações, considerando as informações disponíveis na página da internet do Banco Central do Brasil e autorizadas pela CVM para administrar carteira de valores mobiliários.

Nos termos do parágrafo 5º do artigo 7º da Resolução 4.963/2021, Os responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social deverão certificar-se de que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimento de renda fixa e os respectivos emissores são considerados de baixo risco de crédito.

9.3. Gestão de Risco de Liquidez

Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

O direcionamento dos investimentos priorizará fundos de investimentos com características de liquidez imediata (prazo de desinvestimento total de até 30 dias). A alocação em produtos com baixa liquidez somente será permitida, desde que avaliados os seguintes requisitos: nível de proteção do capital investido; lastro das operações do fundo; credibilidade da instituição financeira gestora do fundo de investimento, prazo de desinvestimento definido em regulamento, adequação com o fluxo financeiro projetado no Plano de Custeio vigente previsto no cálculo atuarial.

Vedado a alocação em fundos de investimento de prazo indeterminado, sem mecanismos de resgate total do capital, via o próprio fundo de investimento.

9.4. Gestão de Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- ✓ A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- ✓ O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- ✓ Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento;
- ✓ Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidades de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento;
- ✓ Participação dos membros do Comitê de Investimentos e servidores ligados a área de investimentos em assembleias gerais de cotistas, reuniões com representantes de instituições financeiras, eventos em formatos de call, webinar, congressos e simpósios, bem como em cursos de capacitação na área de investimentos.

O Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre, aderiu ao Pró-Gestão, obtendo o Nível 1. A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MPS nº 185/15 e alterações, e o Manual do Pró-Gestão versão 3.1/20, tem por objetivo incentivar o IPREM a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e do passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório do IPREM cumpram seus códigos de conduta pré acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

9.5. Gestão de Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- ✓ Da realização de relatórios de compliance que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à presente política de investimentos, realizados com periodicidade mensal e analisados pelos Conselhos do IPREM;
- ✓ Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

9.6. Gestão de Risco de Imagem (Reputacional)

Pode-se entender o risco de imagem como o risco de acontecimentos que venham prejudicar a reputação do Instituto junto ao público em geral. Apesar de ser um risco difícil de controlar, devem ser adotadas algumas medidas que podem reduzir a possibilidade de incidência desse tipo de acontecimento, como a utilização de processos objetivos e transparentes na contratação e instituições financeiras e a exigência em relação às instituições financeiras, de manutenção dos mesmos princípios éticos que norteiam a conduta do Instituto;

Considerando o §3º do artigo 1º da Resolução 4.963/2021, durante a análise das instituições financeiras, e durante todo o período subsequente, se estas oferecem risco de imagem ao Instituto. As instituições financeiras não podem apresentar nenhum fato que as desabone, podendo o Comitê de Investimentos proceder consulta em todas as mídias disponíveis e o mesmo analisará todos os casos necessários encaminhando a decisão de retirada dos recursos.

Este instrumento pode ser rescindido por qualquer das partes se houver divulgação de fato relevante que prejudique a imagem da outra parte.

9.7. Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento

Mesmo com todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação poderá ocorrer e será adotado os procedimentos abaixo relacionados, com o objetivo de readequar a carteira de investimento à legislação e normas desta política de investimentos, observando a característica e cenário em que o fundo desenquadrado passivamente se encontra para que seja evitado resgates com perdas.

- 1)** Descumprimento dos limites e requisitos da legislação vigente ou da Política de Investimentos: Será efetuada a regularização logo após identificação do descumprimento à legislação vigente, com movimentações dos recursos, observando o estabelecido na Estratégias de Investimentos, visando evitar perda de rentabilidade ou exposição desnecessária a qualquer tipo de risco.

2) Excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos: Caso os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS percebam a existência de fatores que possam aumentar a exposição do risco de mercado, de crédito e de liquidez, com potencial perda de recursos da carteira, será efetuada uma análise da carteira em reunião com os responsáveis diretos pelos investimentos do RPPS para avaliação do ajuste necessário.

3) No que diz respeito ao risco legal, o Comitê de Investimento acompanhará mensalmente os limites aplicáveis à Resolução CMN nº 4.963/21/2010 e a esta Política de Investimentos. Ademais, o acompanhamento do envio dos demonstrativos obrigatórios (DAIR e DPIN), além da publicação dos Relatórios e APRs farão parte das rotinas de trabalho do controle interno. No caso de descumprimento de quaisquer desses itens, o Controle Interno notificará o Comitê de Investimentos para que sejam tomadas as providências cabíveis.

4) Ultrapassado o limite de 10% de VOL mensal da carteira líquida do Instituto: O gestor de recursos do RPPS deve convocar o Comitê, em até 3 dias úteis da divulgação do último relatório, para definição das medidas necessárias para sanar o desenquadramento do risco estipulado. Deve, também, seguir analisando nos meses seguintes os resultados de risco em 12 meses, frente aos eventos políticos/econômicos enfrentados, evitando assim decisões precipitadas. Perfil do Investidor.

10. Perfil do Investidor

Trata-se da análise de Perfil do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre - IPREM, no âmbito de classificação de investidor. Segundo disposto na Instrução CVM nº 554/2014 e Portaria MPS 519/2011 (consolidada), fica definido que os Regimes de Previdência Social serão classificados considerando os seguintes requisitos;

Art. 6º-A. Será considerado investidor qualificado, para os fins da normatização estabelecida pela CVM, o RPPS que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - cujo ente federativo instituidor possua Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP vigente na data da realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, pelo cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, estabelecidas na Lei nº 9.717/1998 e nos atos normativos dela decorrentes.

II - possua recursos aplicados, informados no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR enviado à SPPS, do bimestre imediatamente anterior à data de realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, em montante igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

III - comprove o efetivo funcionamento do Comitê de Investimentos, na forma do art. 3º-A.

IV - tenha aderido ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS", instituído pela Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015, e obtido certificação institucional em um dos níveis de aderência nela estabelecidos.

Parágrafo único. A classificação de RPPS como investidor profissional somente produzirá efeitos quando atendidos os requisitos de que tratam os incisos I a IV do caput, sendo vedada a aplicação de recursos em investimentos destinados a investidores profissionais pelos RPPS que não os cumpram integralmente.

Art. 6º-B. Será considerado investidor profissional, para os fins da normatização estabelecida pela CVM, o RPPS que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - cujo ente federativo instituidor possua Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP vigente na data da realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, pelo cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, estabelecidas na Lei nº 9.717/1998 e nos atos normativos dela decorrentes.

II - possua recursos aplicados, informados no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR enviado à SPPS, do bimestre imediatamente anterior à data de realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, em montante igual ou superior a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

III - comprove o efetivo funcionamento do Comitê de Investimentos, na forma do art. 3º-A.

IV - tenha aderido ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS", instituído pela Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015, e obtido certificação institucional no quarto nível de aderência nela estabelecido.

Art. 6º-C. A classificação do RPPS como investidor qualificado ou investidor profissional, na forma dos art. 6º-A e 6º-B, não exime seus representantes legais, dirigentes, responsáveis pela gestão dos recursos e membros dos órgãos de deliberação colegiada da responsabilidade pela adoção de elevados padrões éticos e técnicos na governança e controle das operações e pela observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, segundo o disposto em Resolução do CMN.

O Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre, no momento da elaboração e aprovação da 1ª Revisão da Política de Investimentos para o exercício de 2022, está classificado como Investidor Qualificado com Adesão ao Pró-Gestão **certificado no Nível I**.

11. Transparência

O Instituto busca por meio da sua Política de Investimentos e Código de Ética interno, estabelecer os critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos. Todos os processos envolvendo a Política de Investimentos são divulgados no site do Instituto com a publicação dos seguintes instrumentos;

- ✓ Prestação de Contas obrigatórias aos órgãos de fiscalização e controle;
- ✓ Relatório Mensal de Investimento;
- ✓ Extrato Consolidado;
- ✓ Atas do Comitê e dos Conselhos;
- ✓ Cálculos Atuariais

12. Credenciamento de Instituições Financeiras e Fundos de Investimentos

O Credenciamento das Instituições Financeiras e dos Fundos de Investimento é praticado conforme estabelecido no Edital de Credenciamento bem como dentro das normas exigidas pela Secretaria da Previdência.

Nos termos do inciso VI do art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) devem realizar o prévio credenciamento da instituição administradora dos fundos de investimento em que são aplicados os recursos do regime. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deve observar, dentre outros critérios, o histórico e experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos no art. 3º. § 1º e 2º, da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, sendo que o art. 6º-E, dispõe que “a análise das informações relativas à instituição credenciada e a verificação dos requisitos mínimos estabelecidos para o credenciamento deverão ser registrados no Termo de Análise de Credenciamento”, conforme modelos disponibilizados no site da SPREV.

Conforme Resolução CMN nº 4.963/21 só será permitido novas aplicações de recursos dos RPPS apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do CMN (art. 21 § 2º, I, da Resolução nº 4.963/21).

13. Considerações Finais

Este documento, será disponibilizado no site oficial do IPREM a todos os servidores, participantes e interessados e os casos omissos deverão ser dirimidos pelo Conselho Deliberativo.

De acordo com o parágrafo 3º, do Art. 1º, da Portaria nº 519/11, O relatório da política anual de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e controle pelo prazo de 10 (dez) anos.

A presente PAI pode ser revista no curso de sua execução e deverá ser monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do RPPS, sendo que o prazo de vigência compreenderá o ano de 2022⁵.

Pouso Alegre, 20 de Dezembro de 2021.

FATIMA APARECIDA
BELANI:45034800659

Assinado de forma digital por
FATIMA APARECIDA
BELANI:45034800659
Dados: 2021.12.20 16:11:42 -03'00'

Fátima A. Belani
Diretora Presidente
CPA-10

LUDMILLA
THAIS CABRAL
SILVA:0429567
8635

Assinado de forma
digital por
LUDMILLA THAIS
CABRAL
SILVA:04295678635

Ludmilla Thaís Cabral
Diretora de Administração

MARIA NAZARETH DE SOUSA
SANTOS:43069495672

Assinado de forma digital por MARIA
NAZARETH DE SOUSA
SANTOS:43069495672
Dados: 2021.12.20 17:04:25 -03'00'

Maria Nazareth de Sousa Santos
Diretora de Benefícios Interina

DANIEL
RIBEIRO VIEIRA
07453549639

Assinado digitalmente por DANIEL RIBEIRO
VIEIRA:07453549639
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=(EM BRANCO),
OU=21545437000190, CN=DANIEL RIBEIRO
VIEIRA:07453549639
Razão: Eu revisei este documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.1.0

Daniel Ribeiro Vieira
Diretor de Finanças e Arrecadação
CPA-10

JULIANA MARIS
GRACIANO
PARREIRA:
06878012651

Assinado digitalmente por JULIANA MARIS
GRACIANO PARREIRA:06878012651
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=(EM BRANCO),
OU=2154543700190, CN=JULIANA MARIS
GRACIANO PARREIRA:06878012651
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura
 aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

Juliana Maris Graciano Parreira
Diretora de Contabilidade
CPA-10

Diretoria Executiva

⁵ Conforme Art. 4º, § 1º Resolução 4.963/2021

Comitê de Investimento

FATIMA APARECIDA Assinado de forma digital por FATIMA
APARECIDA BELANI:45034800659
BELANI:45034800659 Dados: 2021.12.20 16:12:47 -03'00'

Fátima A. Belani
Diretora Presidente
CPA-10

DANIEL RIBEIRO VIEIRA: 07453549639
Assinado digitalmente por DANIEL RIBEIRO VIEIRA:07453549639
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=21545437000180, CN=DANIEL RIBEIRO VIEIRA:07453549639
Razão: Eu revisei este documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.1.0

Daniel Ribeiro Vieira
Diretor de Finanças e Arrecadação
CPA-10

JULIANA MARIS GRACIANO PARREIRA: 06878012651
Assinado digitalmente por JULIANA MARIS GRACIANO PARREIRA:06878012651
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=21545437000180, CN=JULIANA MARIS GRACIANO PARREIRA: 06878012651
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

Juliana Maris Graciano Parreira
Diretora de Contabilidade
CPA-10

DANIELLE LARAIA DE BARROS COBRA RODRIGUES:8480111569
Assinado de forma digital por DANIELLE LARAIA DE BARROS COBRA RODRIGUES:84801115691
Dados: 2021.12.22 13:47:32 -03'00'

Danielle Laraia de Barros Cobra Rodrigues
Presidente Conselho Deliberativo

NICHOLAS FERREIRA DA SILVA:06572070638
Assinado de forma digital por NICHOLAS FERREIRA DA SILVA:06572070638
Dados: 2021.12.21 09:36:29 -03'00'

Nicholas Ferreira da Silva
Presidente Conselho Fiscal

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO IPREM

Às treze horas e trinta minutos (13h30) do dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e um (16/12/2021), reuniram-se em reunião ordinária os membros do Conselho Deliberativo do Iprem: **Tiago Reis da Silva** - representante da Câmara Municipal; **Danielle Laraia de Barros Cobra Rodrigues** e **Jéssica Suellen Leite** – representantes da Prefeitura Municipal; **Mabília de Lourdes Gouveia Paiva** - representante dos servidores inativos; e **William Vilela de Souza** – representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sisempa) e do Sindicato dos Servidores da Educação da Rede Municipal de Ensino (Sipromag). A Presidente iniciou cumprimentando a todos, colocando em apreciação a política anual de investimentos (PAI), elaborada pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Comitê de Investimentos. Os Conselheiros ressaltaram o que já ficou consignado nos autos do Processo 1088939, do TCE, no sentido de que a competência para elaboração da PAI é da Diretoria Executiva, conforme dicção da segunda parte do inciso I do artigo 77-B da Lei Municipal n. 4643/2007. E a aprovação da PAI é da competência do Comitê de Investimentos, conforme dicção da primeira parte do inciso I do artigo 77-B da Lei Municipal n. 4643/2007 (Lei do Iprem). Assim dispõe o aludido dispositivo: “Compete ao Comitê de Investimentos: I - analisar e **aprovar a Política Anual de Investimentos** - PAI do IPREM elaborada pela Diretoria Executiva, observando os cenários econômicos e considerando os relatórios técnicos apresentados por empresas que prestam serviços ao IPREM”. O artigo 66, I, da Lei do Iprem, estabelece ser competência do Conselho Deliberativo: “deliberar, a pedido da Diretoria Executiva, sobre a política de investimentos do IPREM”. Como ressaltado nos autos do Processo 1088939, do TCE, é facilmente visível que, segundo a legislação do Iprem, a competência da Diretoria Executiva e do Comitê de Investimentos é decisória; e a do Conselho Deliberativo, é opinativa. Tendo a PAI já sido elaborada pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Comitê de Investimentos, o Conselho Deliberativo passou a analisar a PAI a título de aconselhamento, não vinculando de modo algum a decisão da Diretoria Executiva, que, para isso, conta com a participação do Comitê de Investimentos. Analisada a PAI, em conformidade com a Resolução CMN n. 4963, de 25 de novembro de 2021, verifica-se terem sido respeitados, salvo engano, os limites percentuais dispostos na aludida Resolução para os investimentos a serem alocados pelos RPPS. A Conselheira Mabília, analisando os apontamentos consignados no tópico 7.1, a respeito dos investimentos alocados em fundos estressados, verificou que estavam faltando três por cento de investimentos. Porém, na análise da Tabela 3, verificou-se que os 3% faltantes dizem respeito aos investimentos alocáveis em “Renda Fixa - Ativos RF de emissão com

obrigação ou coobrigação de IF bancária”, permitidos pelo artigo 7º, IV, da Resolução CMN n. 4963, de 25 de novembro de 2021. Desse modo, o Conselho apontou, por unanimidade, ser conveniente abrir um item 5, no Tópico 7 da PAI, para justificar a estratégia-alvo de alocação de investimentos nessa modalidade de ativos. Então, ficou decidido, por unanimidade, sugerir à Diretoria Executiva esse acréscimo. Com exceção desse acréscimo sugerido ao tópico 7, o Conselho Deliberativo não formulou mais nenhum apontamento, opinando parecer estar a PAI em consonância com os novos limites ditados pela Resolução CMN n. 4963, de 25 de novembro de 2021. Com respeito ao Planejamento Estratégico e ao Plano de Ações, encaminhados através do Ofício n. 177/2021, após ampla análise e discussão dos Conselheiros, opinou-se ser melhor consignar os apontamentos sobre esses documentos na reunião ordinária de janeiro, a fim de que, debruçando-se de forma mais acurada sobre os dados apontados, possam opinar de forma mais efetiva para incrementar a eficiência da gestão do Iprem. Por fim, a Conselheira-Presidente repassou ao Conselho o teor do Ofício n. 174/2021, dando ciência ao Conselho da propositura de ação anulatória do acordo firmado entre Prefeitura e Iprem, no ano de 2016. A Conselheira-Presidente também deu ciência ao Conselho do ofício recebido TCE/MG n. 19912/2021, Processo n. 1058528, em que faz recomendação para agilizar efetiva implementação do sistema informatizado de gestão, conforme Portaria MPS n. 402/2008, artigo 18, e também envidar esforços para realização de estudos e novas avaliações atuariais para definição das alíquotas que são viáveis para os envolvidos, considerando, inclusive, as mudanças decorrentes da reforma previdenciária. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente encerrou a reunião às 17h. Pedido que fosse lavrada esta ata, assim foi feito. Lida e reputada veraz, segue assinada por todos.

WILLIAM VILELA DE SOUZA
53
Assinado de forma digital por WILLIAM VILELA DE SOUZA:93038178853
Dados: 2021.12.17 17:51:11 -03'00'

WILLIAM VILELA DE SOUZA
Conselheiro

JESSICA SUELLEN LEITE:09677818686
Assinado de forma digital por JESSICA SUELLEN LEITE:09677818686

JÉSSICA SUELLEN LEITE
Conselheira

DANIELLE LARAIA DE BARROS COBRA RODRIGUES:84801115691
Assinado de forma digital por DANIELLE LARAIA DE BARROS COBRA RODRIGUES:84801115691
Dados: 2021.12.20 09:34:09 -03'00'

DANIELLE LARAIA DE BARROS COBRA RODRIGUES
Conselheira

TIAGO REIS DA SILVA
Assinado de forma digital por TIAGO REIS DA SILVA

TIAGO REIS DA SILVA
Conselheiro

MABILIA DE LOURDES GOUVEIA PAIVA:28734289615
Assinado de forma digital por MABILIA DE LOURDES GOUVEIA PAIVA:28734289615
Dados: 2021.12.18 08:08:32 -03'00'

MABÍLIA DE LOURDES GOUVEIA PAIVA
Conselheira

TERMO DE RETIFICAÇÃO

Política Anual de Investimentos 2022

Página	Descrição	Onde se lê	Leia-se
19	Tabela 1 - Art 7 I a - Títulos do Tesouro Nacional	32,28%	32,77%
19	Tabela 1 - Art 7 V a - Fundos de Direitos Creditórios - FIDC	5,49%	5,00%

Pouso Alegre, 23 de Dezembro de 2021.

Diretoria Executiva

FATIMA APARECIDA BELANI:45034800659
Assinado de forma digital por FATIMA APARECIDA BELANI:45034800659
Dados: 2021.12.23 13:30:02 -03'00'

Fátima A. Belani
Diretora Presidente
CPA-10

LUDMILLA THAIS CABRAL SILVA:04295678635
Assinado de forma digital por LUDMILLA THAIS CABRAL SILVA:04295678635

Ludmilla Thais Cabral
Diretora de Administração

MARIA NAZARETH DE SOUSA SANTOS:43069495672
Assinado de forma digital por MARIA NAZARETH DE SOUSA SANTOS:43069495672
Dados: 2021.12.23 15:31:20 -03'00'

Maria Nazareth de Sousa Santos
Diretora de Benefícios Interina

DANIEL RIBEIRO VIEIRA:07453549639
Assinado digitalmente por DANIEL RIBEIRO VIEIRA:07453549639
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB-e-CPF, OU=(EM BRANCO), OU=21545437000180, CN=DANIEL RIBEIRO VIEIRA:07453549639
Razão: Eu revisei este documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.1.0

Daniel Ribeiro Vieira
Diretor de Finanças e Arrecadação
CPA-10

JULIANA MARIS GRACIANO PARREIRA:06878012651
Assinado digitalmente por JULIANA MARIS GRACIANO PARREIRA:06878012651
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB-e-CPF, OU=(EM BRANCO), OU=21545437000180, CN=JULIANA MARIS GRACIANO PARREIRA:06878012651
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

Juliana Maris Graciano Parreira
Diretora de Contabilidade
CPA-10

Comitê de Investimento

FATIMA APARECIDA Assinado de forma digital por
FATIMA APARECIDA
BELANI:45034800659 BELANI:45034800659
Dados: 2021.12.23 13:30:41 -03'00'

Fátima A. Belani
Diretora Presidente
CPA-10

DANIEL Assinado digitalmente por DANIEL RIBEIRO
RIBEIRO VIEIRA:07453549639
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=EM BRANCO,
OU=21545437000180, CN=DANIEL RIBEIRO
VIEIRA:07453549639
Razão: Eu revisei este documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.1.0

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
07453549639

Daniel Ribeiro Vieira
Diretor de Finanças e Arrecadação
CPA-10

JULIANA MARIS Assinado digitalmente por JULIANA MARIS
GRACIANO PARREIRA:06878012651
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=EM BRANCO,
OU=21545437000180, CN=JULIANA MARIS
GRACIANO PARREIRA:06878012651
Razão: Eu vi o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura
aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

**JULIANA MARIS GRACIANO
PARREIRA:**
06878012651

Juliana Maris Graciano Parreira
Diretora de Contabilidade
CPA-10

DANIELLE LARAIA Assinado de forma digital por
DE BARROS COBRA RODRIGUES:84801115691
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=EM BRANCO,
OU=21545437000180, CN=DANIELLE LARAIA
DE BARROS COBRA RODRIGUES:84801115691
Razão: Eu revisei este documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.1.0

**DANIELLE LARAIA
DE BARROS COBRA
RODRIGUES:848011
15691**

Danielle Laraia de Barros Cobra Rodrigues
Presidente Conselho Deliberativo

NICHOLAS Assinado de forma
digital por
NICHOLAS FERREIRA
DA
SILVA:06572070638
Dados: 2022.01.03
14:10:57 -03'00'

**NICHOLAS
FERREIRA DA
SILVA:06572
070638**

Nicholas Ferreira da Silva
Presidente Conselho Fiscal

ANEXO I

Alocação Carteira Total

Enquadramento	Tipo de Ativo	Limite Resolução	Posição Atual Carteira Total (%)	Limite Inferior	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior	Rentabilidade Prevista
Art 7 I a)	Títulos do Tesouro Nacional	100%	21,83%	0,00%	32,77%	100,00%	5,20%
Art 7 I b)	Fundos 100% títulos públicos	100%	27,86%	0,00%	15,59%	100,00%	6,12%
Art 7 III a)	Fundos de Renda Fixa	65%	20,26%	0,00%	13,07%	65,00%	-0,67%
Art 7 IV	Renda Fixa - Ativos RF de emissão com obrigação ou coobrigação de IF bancária.	20%	0,00%	0,00%	2,48%	20,00%	6,09%
Art 7 V a)	Fundos de Direitos Creditórios - FIDC	5%	5,49%	0,00%	5,00%	5,00%	-5,97%
Art 7	Renda Fixa	100%	75,43%	60,00%	68,92%	100,00%	3,44%
Art 8 I	Fundos de Ações	35%	12,54%	0,00%	14,63%	35,00%	11,58%
Art 8	Renda Variável	35%	12,54%	0,00%	14,63%	35,00%	11,58%
Art 9 A I	Renda Fixa "Dívida Externa"	10%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	0%
Art 9 A II	Fundos de Investimento no Exterior	10%	5,01%	0,00%	7,86%	10,00%	5,37%
Art 9 A III	Fundos BDR - Nível 1	10%	0,00%	0,00%	0,41%	10,00%	7,30%
Art 9	Investimento no Exterior	10%	5,01%	0,00%	8,27%	10,00%	5,48%
Art 10 I	Fundos Multimercado	10%	3,14%	0,00%	4,38%	10,00%	-4,10%
Art 10 II	Fundos de Participações - FIPs	5%	1,70%	0,00%	1,70%	5,00%	-6,68%
Art 10	Investimentos Estruturados	15%	4,83%	0,00%	6,07%	15,00%	-4,82%
Art 11	Fundos de Investimento Imobiliário - FIIs	5%	2,11%	0,00%	2,11%	5,00%	-6,82%
Art 8+Art10+Art 11	Somatório Artigos 8,10 e 11	35%	19,48%	0	22,81%	35%	6,46
TOTAL					100%		